



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 4.080, DE 2024**

**(Do Sr. Evair Vieira de Melo)**

Altera a Lei nº 9.573, de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, para tornar infração grave o ato de atirar do veículo ou abandonar na via objetos ou substâncias, prevendo o agravamento da multa em caso de descarte de substância inflamável, e a Lei nº 10.233, de 2001 para estabelecer a obrigatoriedade de conservação e manutenção das faixas de domínio das rodovias federais.

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE  
VIAÇÃO E TRANSPORTES;  
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD) E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

**APRECIACÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

### **PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD



**PROJETO DE LEI Nº , DE 2024**

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

*Altera a Lei nº 9.573, de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, para tornar infração grave o ato de atirar do veículo ou abandonar na via objetos ou substâncias, prevendo o agravamento da multa em caso de descarte de substância inflamável, e a Lei nº 10.233, de 2001 para estabelecer a obrigatoriedade de conservação e manutenção das faixas de domínio das rodovias federais.*

**O Congresso Nacional** decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para qualificar como infração grave o ato de atirar do veículo ou abandonar na via objetos ou substâncias, prevendo o agravamento da multa quando se tratar de substância inflamável, e a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para estabelecer a obrigatoriedade de conservação e manutenção das faixas de domínio das rodovias federais.

**Art. 2º** O art. 172 da Lei nº 9.503, de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 172. ....

*Infração – grave;*

.....

*§ 1º. Aplica-se em dobro a multa prevista no caput quando o objeto ou substância puder causar ou contribuir para a propagação de incêndios.*



*§ 2º Regulamento editado pelo Contran definirá a lista de objetos e substâncias de que trata o § 1º.” (NR)*

**Art. 3º** O art. 82 da Lei nº 10.233, de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV-A:

*“Art. 82. ....*

*.....*

*IV-A administrar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, os programas de conservação e manutenção da faixa de domínio de rodovias.*

*.....” (NR)*

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei tem como objetivo alterar a Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e a Lei nº 10.233, de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes terrestre e aquaviário e cria o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), para dispor sobre o agravamento da infração relacionada ao descarte de materiais nas rodovias e sobre a necessidade de conservação e manutenção das faixas de domínio das rodovias federais.

Segundo o Dnit, a faixa de domínio é a base física sobre a qual se assenta a rodovia, composta por pistas de rolamento, canteiros, obras de arte, acostamentos, sinalização e faixa lateral de segurança, com limites definidos conforme projeto executivo da rodovia, decretos de utilidade pública ou projetos de desapropriação. As principais funções das faixas de domínio são garantir a circulação de veículos em condições adequadas de segurança, além de servir



como reserva para futuras obras de ampliação e implantação de melhorias, como vias marginais, passarelas e interconexões em desnível.

Um dos maiores riscos relacionados à conservação dessas faixas, predominantemente ocupadas por vegetação, são os incêndios causados por intempéries climáticas e, principalmente, por ações humanas, como o descarte de materiais inflamáveis pelos condutores de veículos, a exemplo de bitucas de cigarro.

As queimadas nas proximidades das vias rurais, além de representarem um risco à biodiversidade e às propriedades lindeiras, prejudicam a visibilidade dos motoristas, o que pode levar à ocorrência de acidentes graves. Contudo, apesar da gravidade dessa conduta, o CTB atualmente classifica como infração média o ato de descartar lixo ou outras substâncias nas vias públicas, sem diferenciar a natureza do material descartado.

Diante do agravamento dos períodos de estiagem e do aumento das queimadas no Brasil nos últimos anos, é fundamental alterar o CTB para que o descarte de lixo na faixa de domínio das rodovias federais seja considerado uma infração grave, com a previsão de agravamento da multa quando se tratar de materiais capazes de provocar ou propagar incêndios.

Ademais, é imprescindível que o Poder Público adote ações voltadas à mitigação do risco de incêndios nas rodovias, como a roçada das faixas de domínio nas proximidades das faixas de circulação, bem como a implantação e manutenção de aceiros para evitar que focos de incêndio em propriedades vizinhas se espalhem pela faixa de domínio, comprometendo a segurança dos usuários das vias.

Para tanto, propõe-se a alteração da Lei nº 10.233, de 2001, para que o Dnit, responsável pela gestão das rodovias federais,



passa a ter a obrigação de administrar programas de conservação e manutenção das faixas de domínio dos ativos rodoviários sob sua gestão.

Com as medidas propostas, acredito que esta Casa Legislativa contribuirá significativamente para o aumento da segurança nas rodovias do País, bem como para a preservação do meio ambiente.

Diante do exposto, conclamo os nobres Colegas a aprovarem este projeto de lei.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2024.

**Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

|  |   |
|--|---|
| <b>LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997</b> | <a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199709-23:9503">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199709-23:9503</a>   |
| <b>LEI Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001</b>    | <a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:200106-05:10233">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:200106-05:10233</a> |

**FIM DO DOCUMENTO**